



<https://www.revistacosmos.com.br/>

**PARA ALÉM DO HABITACIONAL: UMA ANÁLISE SOBRE O CONSUMO DO ESPAÇO NO RESIDENCIAL PEQUIS EM UBERLÂNDIA – MG**

**BEYOND HOUSING: AN ANALYSIS OF THE CONSUMPTION OF SPACE IN RESIDENTIAL PEQUIS IN UBERLÂNDIA – MG**

**Gabriela Cândido Silva <sup>1</sup>**

**RESUMO**

O artigo propõe uma análise do consumo do espaço no Residencial Pequis, localizado na Zona Oeste de Uberlândia-MG. Este bairro faz parte do projeto Minha Casa Minha Vida, destinado a famílias de baixa renda, exigindo a expansão do perímetro urbano da cidade para sua criação. O foco da pesquisa reside na compreensão de como os moradores consomem esse espaço, indo além da perspectiva física para abranger aspectos sociais. A intenção é explorar como a vivência nesse ambiente influencia a dinâmica social, identidade local e acessibilidade, contribuindo para uma análise mais abrangente do desenvolvimento urbano e das necessidades da população do bairro.

**Palavras-chave:** Residencial Pequis. Minha Casa Minha Vida. Acessibilidade.

**ABSTRACT**

The article proposes an analysis and investigation of the consumption of space and in Residencial Pequis, located in the West Zone of Uberlândia-MG. This neighborhood is part of the Minha Casa Minha Vida project, aimed at low-income families, which required the expansion of the city's urban perimeter for its creation. The focus of the research lies in understanding how residents consume this space, going beyond the physical perspective to encompass social aspects. The intention is to explore how living in this environment influences social dynamics, local identity and accessibility, contributing to a more comprehensive analysis of urban development and the needs of the neighborhood's population.

**Keywords:** Pequis Residence. My House My Life. Accessibility.

---

<sup>1</sup> Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Gabriela Candido Silva. E-mail: [gabrielasilcandi@gmail.com](mailto:gabrielasilcandi@gmail.com)



## INTRODUÇÃO

A urbanização é um fenômeno que deve ser compreendido como um processo dinâmico e contínuo, tanto no Brasil quanto em qualquer outra parte do mundo. Esse processo pode variar em relação ao contexto histórico, à velocidade e ao grau de evolução.

A gestão das cidades brasileiras nas últimas décadas tem apontado para uma série de desafios que precisam ser enfrentados para estabelecer processos e mecanismos institucionais capazes de democratizar e integrar a gestão urbana e a participação popular.

Este cenário reflete uma realidade multifacetada, na qual a urbanização acelerada, a falta de planejamento eficiente e a desigualdade socioeconômica têm impactado diretamente a qualidade de vida dos cidadãos e a sustentabilidade das cidades.

Um dos desafios centrais é a necessidade de democratizar a gestão urbana, garantindo que as decisões relacionadas ao desenvolvimento e planejamento das cidades sejam inclusivas e representativas. Muitas vezes, a falta de participação popular efetiva tem levado a escolhas que privilegiam determinados setores da sociedade em detrimento de outros, ampliando as disparidades sociais e contribuindo para a segregação urbana. A busca por mecanismos que ampliem a participação cidadã nas decisões sobre políticas urbanas torna-se crucial para a construção de cidades mais justas e equitativas.

Em termos de governança democrática, várias questões precisam ser abordadas, como o estabelecimento de um novo pacto federativo para permitir que os arranjos institucionais e ações entre os entes federativos articulem, unam e cooperem para tratar das questões urbanas e redefinir os papéis, funções e formas de organização.

Outro ponto relevante é a necessidade de integração entre diferentes esferas de gestão e setores da sociedade. A fragmentação das ações governamentais e a falta de coordenação entre os diversos órgãos envolvidos na gestão urbana frequentemente resultam em políticas desconexas e ineficientes.



A promoção de uma abordagem integrada, que envolva não apenas as autoridades municipais, mas também a participação ativa de organizações da sociedade civil, empresas e cidadãos, é essencial para enfrentar os desafios urbanos de maneira mais abrangente e eficaz.

Nas décadas iniciais do século XX, as cidades brasileiras eram vistas como a possibilidade de avanço e modernidade em relação ao campo que representava o Brasil arcaico. A Proclamação da República e a abolição da mão-de-obra escrava não superaram a hegemonia agrário-exportadora, o que viria a acontecer apenas após a revolução de 1930. Desde então, o processo de urbanização/industrialização ganha, com as políticas oficiais, um novo ritmo (MARICATO, 2003, p. 151).

34

A globalização é a aprimoração da ciência, é o desenvolvimento das técnicas através das redes. Com a globalização e a disseminação da informação, todos os lugares se modificaram de acordo com a dinâmica do capital.

O capital em sua totalidade procura influenciar o ambiente urbano de acordo com suas demandas, adquirindo, assim, uma natureza prejudicial e autodestrutiva nas localidades em que exerce sua influência.

Contudo, se quisermos compreender a globalização para além da simples expansão do modelo econômico em escala global, é crucial salientar que seus impactos ultrapassam as transformações na esfera industrial, empregos ou categorias ocupacionais.

A globalização é tanto a causa quanto o efeito de uma mudança social mais profunda. Portanto, ao analisar a produção social do espaço, torna-se essencial considerar o binômio produção-consumo. Isso porque, diante das alterações na forma de produzir o espaço, ocorrem também mudanças significativas nas maneiras de consumi-lo.

[...] as cidades pertencem ao capital e podem ser pensadas como um imã, um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens. Ela é, fundamentalmente, o lócus da produção, da subserviência dos homens ao capital, do palco centralizador dos meios de produção, do



trabalho e de pessoas ligadas à divisão técnica e social do trabalho.  
(ROLLINK, 2004, p.27)

A cidade e a sociedade são indissociáveis, essas em seu conjunto como um todo sempre tiveram relações de troca, é necessário uma para que a outra possa existir, ambas são dependentes de seus processos de transformação.

A cidade, com sua estrutura física e organizacional, serve como o palco onde as interações sociais ocorrem, sendo um reflexo do tecido social que a compõe. Da mesma forma, a sociedade molda e influencia a cidade por meio de suas necessidades, valores e dinâmicas culturais.

O município de Uberlândia encontra-se localizado na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, numa área estratégica de ligação entre as regiões Sudeste com o Centro-Oeste (incluindo o Distrito Federal) e o Norte do país. Seu território abrange uma área de 4.115,206 Km<sup>2</sup> e uma densidade demográfica de 173,32 habitantes por quilômetro quadrado, conforme dados extraídos do IBGE (2022). A cidade é dividida em cinco zonas distintas: Norte, Leste, Oeste, Sul e Central, possuindo assim, um total de 713.232 habitantes, sendo composta por 74 bairros conforme dados do IBGE (2022).

A cidade de Uberlândia possui uma posição estratégica, situada a uma distância inferior a 600 km dos principais centros urbanos do Brasil, como São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e Goiânia. Sua economia se baseia por meio das atividades industriais e do comércio atacadista, que distribui produtos em todo o território nacional. Sendo reconhecida em toda a sua área de influência regional devido a diversas atividades que o correm na cidade.

Uberlândia, uma cidade em transição, tem passado por inúmeras transformações, desde a sua estrutura urbana a seu crescimento populacional. Essas transformações acarretaram significativas consequências no espaço urbano, as quais resultaram na dificuldade de acesso aos espaços da cidade.

Impactando assim, desse modo, as pessoas de classes sociais mais desfavorecidas. Essas consequências incluem a ausência de planejamento urbano, falta de habitação, insuficiência de serviços de saúde para atender à população,



transporte público inacessível e em estado precário, bem como a segregação socioespacial que afeta toda a população.

A cidade pode ser entendida, dialeticamente, enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais — relações produtoras da vida humana, no sentido amplo da reprodução da sociedade. Aqui a cidade se reafirma enquanto espaço social na medida em que se trata da realização do ser social — produzindo um espaço — ao longo do processo histórico. Na perspectiva apontada, a análise da cidade, em sua dimensão espacial, se abre para a análise da vida humana em sua multiplicidade. (FANI, 2007, p.21)

Segundo Lefebvre (1991), é conforme se dão as relações sociais que a cidade se transforma. A intensificação do processo de urbanização no município de Uberlândia produziu imensas modificações no meio ambiente urbano que atingem assim toda a sociedade.

Esse processo de urbanização causou um crescimento desordenado da cidade, impactando em sua infraestrutura, gerando assim uma base inadequada à locomoção de pessoas com deficiência física e mobilidade reduzida em muitas regiões da cidade.

Devido as dinâmicas socioespaciais a paisagem se transforma de acordo com a demanda da sociedade capitalista. A efemeridade do capital está presente em todas as plataformas da sociedade. A transformação da paisagem, influenciada pelas dinâmicas socioespaciais, é um fenômeno intrínseco à sociedade capitalista. Nesse contexto, a paisagem não é apenas um reflexo, mas uma expressão tangível das forças que moldam e são moldadas pelo sistema econômico predominante.

O destaque para a efemeridade do capital sublinha a natureza transitória e instável desse elemento na sociedade contemporânea. A assertiva de que essa efemeridade está presente em todas as plataformas sociais sugere uma abrangência generalizada, permeando diferentes setores e aspectos da vida cotidiana. Isso aponta para a constante mutabilidade das estruturas sociais, econômicas e espaciais, característica marcante da lógica capitalista.

O núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas das periferias, suburbanos. Sobrevive



graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo de lugar. (Lefebvre, 1971, p.28)

Segundo Correa (1995) o espaço urbano é o conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si. Esses usos definem as áreas em: o centro da cidade, local de concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão; áreas industriais e áreas residenciais, distintas em termos de forma e conteúdo social; áreas de lazer; e, entre outras, aquelas de reserva para futura expansão. Este conjunto de usos da terra é a organização espacial da cidade ou simplesmente o espaço urbano fragmentado.

A caracterização do espaço urbano como um "conjunto de símbolos e campo de lutas" adiciona uma dimensão simbólica e contestadora ao ambiente urbano. Ele não é apenas um espaço físico, mas também um terreno onde diferentes grupos e interesses competem e negociam. Os símbolos presentes no espaço urbano desempenham um papel significativo na expressão de identidades, valores e poder.

Além disso, destaca-se que esse espaço não é simplesmente um resultado aleatório, mas sim um produto social moldado ao longo do tempo por ações acumuladas. Essas ações são realizadas por agentes sociais concretos, ou seja, por pessoas e grupos que têm papel ativo na produção e consumo desse espaço urbano. O autor destaca que esses agentes são: proprietários fundiários; promotores imobiliários; Estado e os grupos sociais excluídos, agentes esses que são guiados por um regime jurídico que não é neutro e reflete o interesse dominante de um desses agentes.

Sposito (1989) afirma que “a cidade de hoje, é o resultado cumulativo de todas as outras cidades de antes, transformadas, destruídas, reconstruídas, enfim produzidas pelas transformações sociais ocorridas através dos tempos, engendradas pelas relações que promovem estas transformações.”

Entende-se que a cidade representa o desdobramento acumulativo de todas as anteriores, sujeitas a processos complexos de transformação, destruição e reconstrução. Ressalta que, a configuração urbana atual é um produto direto das metamorfoses sociais que se desenrolaram ao longo do tempo, moldadas pelas relações que impulsionam essas mudanças.



Conseqüentemente, a gestão e produção do espaço urbano são elementos complexos que abraçam características econômicas, sociais, culturais e políticas. Diferentes atores modificam o espaço e buscam tomar uma parcela dessa cidade para benefício próprio. E assim, se tornam necessários ferramentas e discussões que propõem mitigar e desenvolver um espaço urbano que seja equitativo para toda a diversidade que compõem a população de uma cidade. Compreendendo a cidade não apenas como um espaço físico, mas como um fenômeno vivo e interligado, cuja forma e função são intrinsecamente entrelaçadas às evoluções sociais que a permeiam.

Logo, as ideias apresentadas abaixo buscam redirecionar a discussão do planejamento para uma perspectiva ideológica que busca a promoção de urbanidade e que um debate a respeito do tecido urbano das nossas cidades – em destaque Uberlândia – seja realizada e abrace toda a complexidade social, econômica e cultural das cidades brasileiras.

É necessária uma discussão do planejamento para uma escala que seja inclusiva a toda a população; escala que infelizmente, em sua maioria, é intencionalmente excluída do processo participativo, seja por manobras políticas ou pela ação do poder imobiliário ou de grupos específicos que atuam no município e que desejam que suas intenções sejam priorizadas em prol do lucro privado.

## **RESIDENCIAL PEQUIS E O CONJUNTO HABITACIONAL PMCMV**

No ano de 2009, foi lançado pelo governo federal o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), visando não apenas a redução da carência habitacional, mas também a melhoria das condições de vida e a promoção da inclusão social.

Uma das principais características do PMCMV é a parceria entre o governo federal, estados, municípios e o setor privado. Através de subsídios e financiamentos facilitados, o programa viabiliza a aquisição de uma moradia, ou seja, uma residência. Essas são direcionadas a famílias baixa renda, separando as assim por faixa 1,2 e 3.

A organização do Programa Minha Casa Minha Vida ocorreu por meio da subdivisão em subprogramas (Programa Nacional de Habitação Urbana, Programa Nacional de Habitação Rural, MCMV Entidades) e estabelecimento de diferentes



estratos de renda. Esses estratos são classificados com base em três divisões, conforme descrito a seguir:

§ 6o Na atualização dos valores adotados como parâmetros de renda familiar estabelecidos nesta Lei deverão ser observados os seguintes critérios: (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011)

I - quando o teto previsto no dispositivo for de R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais), o valor atualizado não poderá ultrapassar 10 (dez) salários mínimos; (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011)

II - quando o teto previsto no dispositivo for de R\$ 2.790,00 (dois mil, setecentos e noventa reais), o valor atualizado não poderá ultrapassar 6 (seis) salários mínimos; (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011)

III - quando o teto previsto no dispositivo for de R\$ 1.395,00 (mil, trezentos e noventa e cinco reais), o valor atualizado não poderá ultrapassar 3 (três) salários mínimos. (Incluído pela Lei nº 12.424, de 2011) (BRASIL, 2009).

Em 2014, foi criado o Residencial Pequis por meio da aprovação da Lei Municipal nº 12.065, datada de 19 de dezembro do mesmo ano. Esse processo demandou a expansão do perímetro urbano de Uberlândia – MG, incluindo a incorporação de antigas áreas rurais, caracterizadas por custos mais acessíveis. A justificativa legal para essa expansão baseou-se na Lei Municipal nº 11.412, de 19 de junho de 2013, que definiu o novo perímetro urbano da sede do município.

Vale ressaltar que, além do Residencial Pequis, outros cinco loteamentos, destinados a atender às demandas do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), foram aprovados dentro dos limites recentemente expandidos da cidade.

O conjunto residencial Pequis, localiza-se na extremidade do Setor Oeste da cidade de Uberlândia, as margens da rodovia BR 497. O Conjunto Residencial Pequis surgiu em 2014 por meio da aprovação da Lei Municipal nº 12.065, datada de 19 de dezembro do mesmo ano.

Segundo Chaves e Ribeiro (2018) no residencial Pequis foram construídas 3,2 mil unidades habitacionais, todas destinadas a famílias enquadradas na faixa de renda 1 (até R\$1.800,00/mês), o que faz dele o maior conjunto residencial do PMCMV criado em Uberlândia.



As casas construídas no Residencial Pequis seguem um padrão fornecido pelo Programa Minha Casa Minha Vida ocupam terrenos individuais com dimensões de 200 m<sup>2</sup>, possuindo uma área construída de 45 m<sup>2</sup>. Cada unidade habitacional inclui sala, cozinha, dois quartos, banheiro e uma área de serviço localizada na parte externa. Adicionalmente, são providas de um sistema de aquecimento solar destinado à água do banheiro. A responsabilidade pela construção do muro e pela pavimentação da área externa fica sob a incumbência dos próprios moradores.

A criação desse conjunto exigiu a expansão da área urbana de Uberlândia, localizada em Minas Gerais, e conseqüentemente incorporar terrenos rurais pré-existentes à cidade, os quais possuíam um custo mais acessível. A base legal que sustentou essa expansão foi fornecida pela Lei Municipal nº 11.412, datada de 19 de junho de 2013, a qual definiu o novo limite para a área urbana do município.

O Residencial Pequis prevê atender aproximadamente 15.000 habitantes, o que representa cerca de um terço da população já existente nos bairros da influência direta. A dilatação populacional que ocorrerá nesse espaço levará também ao aumento das relações de consumo, da rede de comércio e da procura por equipamentos básicos como escola e hospitais, o que tumultuará o acesso a estes instrumentos sociais caso não sejam redimensionadas as suas capacidades de atendimento. (SANTOS, 2019, p.79)

O residencial Pequis foi entregue todo pavimentado, as calçadas foram construídas de modo padronizado de acordo com a lei de nº 10686/2010 que corresponde ao Sistema Viário Municipal. Todas possuíam faixa de circulação destinada aos pedestres, faixa de serviços e faixa de acesso. Porém, os moradores foram modificando de acordo com suas demandas, isso gerou calçadas desniveladas e falta de acessibilidade em diversos pontos do bairro.

A acessibilidade do Residencial Pequis é dinâmica, o planejamento desse foi de acordo com as normas e diretrizes básicas de habitação. Essas atuações são fundamentais para a inclusão e promoção da equidade social, mas a manutenção e adaptação contínuas são igualmente essenciais para que assim as pessoas com deficiência possam usufruir do bairro com mais autonomia.



O planejamento do Residencial Pequis demonstra uma abordagem proativa para garantir acessibilidade desde a concepção do projeto. A conformidade com normas e diretrizes básicas de habitação evidencia um compromisso em criar um ambiente inclusivo desde o início. A atenção às necessidades específicas de diferentes tipos de deficiências indica uma abordagem holística para a acessibilidade.

No entanto, é crucial observar que a manutenção e adaptação contínuas desempenham um papel igualmente vital para assegurar que pessoas com deficiência desfrutem do bairro com autonomia.

A expansão urbana muitas vezes se faz necessária para atender às demandas crescentes das cidades, como evidenciado pela criação do Residencial Pequis em Uberlândia. Esse bairro surge às margens da rodovia na zona Oeste, ocupando vazios urbanos previamente existentes. Essa estratégia de ampliação do perímetro urbano não apenas reflete a necessidade de alojar uma população em crescimento, mas também indica uma resposta à escassez de espaços nas áreas urbanas consolidadas.

Um aspecto notável do Residencial Pequis é o perfil socioeconômico da população atendida pelo programa Minha Casa, Minha Vida, que majoritariamente pertence à camada de baixa renda. Este projeto habitacional desempenha um papel crucial ao proporcionar moradia digna para famílias que, de outra forma, poderiam enfrentar dificuldades consideráveis no acesso à habitação.

Um ponto de destaque é a predominância de mães solteiras entre os beneficiários, sinalizando a importância do programa na promoção da moradia para grupos vulneráveis.

Ao expandir o perímetro urbano e criar espaços habitacionais como o Residencial Pequis, a cidade não apenas enfrenta desafios relacionados ao planejamento urbano, infraestrutura e mobilidade, mas também aborda questões sociais urgentes, proporcionando condições dignas de moradia para aqueles com menos recursos. Este exemplo evidencia a interconexão entre o desenvolvimento urbano e as políticas sociais, demonstrando como a expansão planejada pode ser uma resposta estratégica para atender às necessidades habitacionais de segmentos específicos da população.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implantação de um empreendimento residencial como o Residencial Pequis causa um impacto significativo não apenas em seu entorno imediato, mas também, embora em menor medida, em áreas mais distantes da cidade. Esse fenômeno decorre das diversas necessidades apresentadas pelos novos moradores, as quais demandarão não apenas recursos dos equipamentos, bens, serviços e infraestrutura locais, mas também da área circundante. Isso se deve ao fato de que nenhum espaço urbano opera ou subsiste de maneira isolada, pois está intrinsecamente interligado e interage com outras partes da cidade.

É interessante observar que, além da influência da especulação imobiliária que já exerce sua presença marcante no bairro Pequis, a inauguração constante de diversas igrejas evangélicas desde a criação do bairro também se destaca. Esse fenômeno sugere uma interconexão entre o desenvolvimento urbano e as práticas culturais e religiosas, moldando a identidade do espaço de maneira complexa.

O consumo do espaço, assim, vai além de uma mera apropriação física; ele é também um fenômeno social e cultural, profundamente entrelaçado com a vivência diária dos residentes. A presença de igrejas evangélicas, por exemplo, pode indicar não apenas mudanças na paisagem urbana, mas também transformações nas dinâmicas comunitárias e nas práticas socioculturais.

Em suma, o consumo dinâmico do espaço no bairro Pequis é uma expressão tangível das interações cotidianas e das influências históricas que moldam a vida urbana. A compreensão dessas dinâmicas proporciona uma visão mais abrangente da complexidade do desenvolvimento urbano, destacando a importância de considerar as práticas sociais e culturais na análise dos espaços urbanos.

O Loteamento Residencial Pequis, localizado em Uberlândia/MG, apresenta particularidades em sua estrutura urbana, evidenciadas pelos diferentes CEPs distribuídos entre seus 51 logradouros. Uma característica marcante é a alteração no nome da avenida principal, que antes homenageava o Rio das Pedras que corta o bairro, passando agora a se chamar "Av. Wilson Rodrigues da Silva".



A "Av. Wilson Rodrigues da Silva" sendo a principal é onde se concentra o comércio do bairro. No início da mesma consta com um mercado da rede "super maxi" que os preços são mais baixos do que os demais mercados, essa destaca-se como um ponto de referência.

No entanto, a distância considerável e a dependência do transporte público para grande parte dos moradores tornam o acesso a esse mercado desafiador para aqueles que se deslocam a pé. Isso ressalta a importância da infraestrutura urbana e da acessibilidade na configuração dos bairros, evidenciando desafios específicos para determinados grupos de moradores.

Refletir sobre a mobilidade urbana implica considerar a organização dos usos e ocupação do espaço urbano, bem como buscar a maneira mais eficiente de assegurar o acesso das pessoas e mercadorias aos recursos oferecidos pela cidade.

O bairro Residencial Pequis, enfrenta desafios decorrentes da precarização e negligência por parte do poder público, comum nessa região. Essa realidade impacta diretamente o consumo do espaço pelos moradores, limitando suas possibilidades. A carência de uma escola adequada para atender adolescentes e adultos em busca da conclusão do ensino médio é um ponto crítico, frequentemente levando à interrupção dos estudos.

O consumo do espaço vai além da aquisição de bens e serviços, abrangendo a relação com o local e o sentimento de pertencimento da população. Nesse contexto, a ausência de instituições educacionais adequadas não apenas afeta o acesso à educação, mas também influencia a dinâmica social e a formação de identidade dos residentes.

Ademais, é crucial considerar os agentes sociais que não apenas consomem, mas também produzem o espaço. Essa produção vai além do aspecto físico, sendo um elemento social que desencadeia transformações nas estruturas dos bairros da zona oeste de Uberlândia. Esses agentes desempenham um papel fundamental na configuração e evolução dessas áreas, moldando não apenas o ambiente físico, mas também as interações sociais e as dinâmicas comunitárias.

Logo, é de suma importância compreender de que maneira o espaço do Residencial Pequis está sendo consumido. Além disso, é crucial analisar as condições



proporcionadas à população residente para o consumo desse espaço urbano em específico (Residencial Pequis).

Não menos relevante, é necessário questionar se o consumo desse espaço urbano dentro do bairro se estende além das fronteiras locais, conferindo aos moradores o direito de usufruir do espaço da cidade como um todo, e não apenas da região em que residem.

## REFERÊNCIAS

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2009.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004

CARLOS, A. F. A. et. al. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012.

CHAVES, Gabriel Augusto da Silva et al. **Segregação Socioespacial e Programa "Minha Casa, Minha Vida"**: uma análise do Residencial Pequis em Uberlândia-MG. 2020. Disponível em: [https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/29019/1/Segrega%c3%a7%c3%a3o SocioespacialPrograma.pdf](https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/29019/1/Segrega%c3%a7%c3%a3o%20SocioespacialPrograma.pdf). Acesso: 25 nov. 2023.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores populacionais**. IBGE, 2022.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999

LEFEBVRE, H. **O espaço, a produção do espaço, a economia política do espaço**. In: Espaço e Política. Belo Horizonte: ED. UFMG, 2008. P. 111-145

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 1968.

PREFEITURA DE UBERLÂNDIA – **Banco de Dados Integrados** – Volume 1, 2 e 3. Uberlândia, 2015. Acessado em: Novembro de 2023. Disponível em: <http://www.uberlandia.mg.gov.br/>.



**Programas habitacionais. Prefeitura de Uberlândia:** Prefeitura de Uberlândia. Disponível em: <https://www.uberlandia.mg.gov.br/programmashabitacionais/>.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** São Paulo: Brasiliense, 2004

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4. ed., 2. reimpr. -São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão.** São Paulo: Edusp, 2007. SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio técnico-científico informacional.** São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

SPOSITO, M. E. B. **A urbanização pré-capitalista.** In: Capitalismo e Urbanização. São Paulo: Contexto, 1991.

SPOSITO, M. E. B. **A Produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais.**